



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

**ATA Nº0041582574**

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO, REFERENTE À CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº.  
007/2022/CPLO/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 0069.201489/2021-83/SEOSP/RO**

**OBJETO:** Revitalização e Ampliação de Espaço Público CEDEL - Jardim Santana, no município de Porto Velho-RO.

Aos **onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, para proceder ao exame dos recursos administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** e **ABR SERVICE LTDA** contra decisão da Comissão de Licitação que as inabilitou em Ata de Reunião de 21.08.2023, e as demais empresas participantes do certame FRACASSANDO o presente, conforme disponibilizado no site endereço eletrônico [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel) no dia 22.08.2023.

**I – DAS PRELIMINARES**

- 1)** Recursos Administrativos interpostos, tempestivamente, pelas empresas **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** e **ABR SERVICE LTDA**, contra o resultado do julgamento da documentação de habilitação referente à **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 007/2022/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2)** CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3)** Recurso administrativo com base na [Lei Federal nº 8.666/93](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8666-93/leis_8666-93.htm).

**II – DAS FORMALIDADES**

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite dos RECURSOS ADMINISTRATIVOS interpostos, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o **Aviso de Recurso nº 596 (ID 0041304637)** e os recursos administrativos na íntegra no “site” da SUPEL – [www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel).

**III – DAS ALEGAÇÕES DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

A empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** insurge-se contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou no presente certame sob a seguinte justificativa: “[...] *por não ter apresentado*

*a declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS-RO, para o certame em pauta, descumprindo parcialmente o estabelecido no item 15.1, alínea "e" do Edital, bem como por não apresentar Acervo Técnico dos profissionais indicados pela empresa onde comprove qualificação técnica profissional para o serviço de Instalação de Grama Sintética, descumprindo parcialmente o exigido no 15.3, alínea "d" do Edital."*

Com relação ao primeiro fato, que resultou na sua inabilitação, empresa requerente afirma que atendeu na íntegra a exigência contida no item 15.1 alínea "e" do Edital, pois, nos autos do processo referente à Concorrência Pública nº 006/2022/CPLO/SUPEL/RO, do qual participou, encontra-se a retromencionada certidão emitida específica para esse certame.

Afirma, ainda, que contradita a legalidade de se exigir a apresentação de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, para cada certame de responsabilidade da Comissão Permanente de Licitações de Obras – CPLO, alegando que *"[...] a declaração juntada pela empresa e a emitida pela SEJUS, mesmo que esta seja relacionada outro objeto, são suficientes para suprir o exigido no edital, no decreto e na lei."* Que a empresa requerente não tem culpa se a SEJUS vincular a declaração a uma licitação específica. Dessa forma, entende a requerente que ao inabilita-la sob essa justificativa a Comissão de Licitação estaria agindo com excesso de formalismo absolutamente repudiado nos procedimentos licitatórios.

Com relação ao segundo fato, que resultou na sua inabilitação, ou seja, de que a empresa requerente não havia comprovado aptidão técnica profissional nos termos do Edital para o presente certame Acervo Técnico dos profissionais indicados pela empresa onde comprove qualificação técnica profissional para o serviço de "Instalação de Grama Sintética", alega que comprovou através da sua documentação de habilitação página 126 (numeração da empresa), pois segundo a requerente, basta que o responsável técnico independente da área de atuação, tenha CAT registrada no CREA com a execução de "Instalação de Grama Sintética".

Nesse contexto, a empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA** REQUER seja reconsiderada a decisão anteriormente proferida em ata pela Comissão de Licitação, reformando-a e consequentemente tornando-a apta a prosseguir no certame em tela.

A empresa **ABR SERVICE LTDA** contradita a decisão da Comissão de Licitação anteriormente proferida em ata que inabilitou no presente certame sob a seguinte justificativa: *"[...] por não apresentar a Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, descumprindo parcialmente assim o estabelecido no item 15.1, alínea "e" do Edital, bem como por não comprovar qualificação técnica operacional e profissional para o serviço de Instalação de Grama Sintética, descumprindo parcialmente o exigido no item 15.3, alíneas "d" e "f" do Edital."*

Alega em sua defesa que *"[...] há de ser relevado os itens de técnica superior ao previsto em edital apresentado pela recorrente que as sobrepõe ao INSTALAÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA visto a comprovação apresentada pela ora recorrente, o de "PISO INDUSTRIAL na quantidade de 4.000 m<sup>2</sup>", conforme atestado apresentado pela recorrente nos itens 12.6 ao 12.9. do referido atestado, além de 1.825 m<sup>3</sup> de PLANTIO DE GRAMA EM PLACAS conforme item 12.3 do atestado apresentado."* Afirma que *"A composição do método de execução dos materiais do PISO INDUSTRIAL é superior ao exigido pelo edital, que até mesmo o memorial descritivo menciona que será executada instalação de grama sintética."*

Em relação a ausência da Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, a empresa requerente alega que sua exigência fere os princípios contidos no art. 3º da Lei 8.666/93, pois é dever da Administração Pública conduzir o processo licitatório de maneira impessoal. Sendo assim, o subitem supracitado, segundo a requerente, fere o princípio da impessoalidade, visto que a sua emissão é feita no Estado de Rondônia e empresas advindas de outros estados supostamente encontrariam dificuldades para obter.

Sendo assim, REQUER reconsiderada a decisão pela Comissão de Licitação que inabilitou a empresa requerente, possibilitando-a participar da segunda fase do certame.

#### IV - DA ANÁLISE DOS FATOS quanto aos RECURSOS interpostos:

Após analisar os recursos administrativos interpostos, a Comissão de Licitação, com base no [§ 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93](#), **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 21.09.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no [art. 41, "caput"](#), vinculado as condições do edital.

Quanto as alegações contidas no recurso interposto pela empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA:**

**Primeiramente, a empresa requerente foi infeliz ao argumentar que ao participar da Concorrência Pública nº 006/2022/CPLO/RO/SUPEL, e apresentar na fase da documentação de habilitação a Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, não haveria mais obrigatoriedade legal de inseri-la em outros certame que viria eventualmente a participar.**

Ora, como alegar que um documento apresentado num certame diverso ao certame em tela, deveria ser apreciado pela Comissão de Licitação. Parece absurda tal alegação! São PROCESSOS DISTINTOS.

Preceitua o Edital que rege a **Concorrência Pública nº 007/2022/CPLO/SUPEL/RO, item 15.1, alínea "e"**:

**"15.1- DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA:**

[...]

e) Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009, acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho;"

Essa é uma exigência editalícia. Mesmo sob as alegações de que tal exigência não está amparada pela [Lei Federal nº 8.666/93](#), ela está regulamentada por Decreto Estadual que regulamenta a [Lei Estadual nº 2.134/2009](#). Vale salientar que sua emissão é gratuita, de fácil acesso, obtida na própria sede SEJUS/RO, localizada no Palácio Rio Madeira, Av. Farquar, 2986 - Edifício Rio Cautário - 4º andar - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-976.

A CPLO não pode, e jamais o fez em qualquer certame que conduziu, julgar sob o prisma "dois pesos e uma medida". Se é exigido no escopo editalício, e se o interessado não usou da prerrogativa prevista no item 14 do edital **DO DIREITO DE PETIÇÃO PARA IMPUGNAÇÃO**, o instrumento, em regra, é o Edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele. Por essa razão, é que a doutrina diz que o edital é lei interna da licitação ([art. 41 da Lei 8.666/93](#)). Em outras palavras, pode se dizer que nada poderá ser criado ou feito sem que haja previsão no ato convocatório. Como bem destaca Fernanda Marinela:

"O princípio da vinculação ao instrumento convocatório leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação: Como princípio específico da licitação, tem-se a vinculação ao instrumento convocatório. O instrumento, em regra, é o edital que deve definir tudo que é importante para o certame, não podendo o Administrador exigir nem mais nem menos do que está previsto nele."

Por essa razão, é que a doutrina diz que o Edital é lei interna da licitação, ficando a ele estritamente vinculada, conforme previsto no [art. 41](#) da lei.

"Art. 3º da Lei 8.666/93: A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da **vinculação ao instrumento convocatório**, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Com relação a alegação de que a empresa teria comprovado sua aptidão técnica profissional através do Atestado de Capacidade Técnica de fls 126 (numeração da empresa) a mesma não prospera, senão vejamos:

O retromencionado Atestado fora emitido pela Fundação Nokia de Ensino em favor da empresa requerente, encontra-se nos autos (ID 0040939745) e tem a descrição do serviço exigido no edital às fls

26 (numeração do SEI) executada pelos profissionais segundo consta no referido Atestado, engenheiros civis Daniel Cardoso Leitão CREA nº 884-D/AM e Luís Alexandre Borgneth Pantoja CREA nº 7812 D/AM.

O engenheiro civil responsável técnico indicado pela empresa requerente informado na Declaração de disponibilidade das instalações dos equipamentos/máquinas e do pessoal técnico (ID 0040939836) às fls 22 (numeração do SEI) do terceiro volume, é o Eudles de Souza Matos, CREA nº 0409481831, sendo que a CPLO ao reexaminar a documentação da empresa requerente, constatou que a inabilitou acertadamente, pois o referido profissional não comprovou a execução de "Instalação de Grama Sintética".

A Certidão de Acervo Técnico - CAT, ou Atestado de Capacidade Técnica - ACT, é um documento que mostra que um profissional realizou seu trabalho de forma satisfatória. É importante lembrar que toda CAT é um tipo de Atestado de Capacidade, mas nem todo Atestado de Capacidade é uma CAT. Isso acontece porque a Certidão de Acervo Técnico, ou CAT, é algo que apenas os profissionais individuais têm, não as empresas. Além disso, a CAT é usada para provar que o seu negócio tem a capacidade técnica necessária, e para isso, você precisa mostrar que um engenheiro com CAT faz parte da equipe da sua empresa.

Quanto as alegações contidas no recurso interposto pela empresa **ABR SERVICE LTDA:**

Essa Comissão de Licitação ressalta que a exigência da Declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS contida no Edital está regulamentada por Decreto Estadual que regulamenta a [Lei Estadual nº 2.134/2009](#). Que, como já descrito acima, além da facilidade de obtê-la fisicamente na própria sede da SEJUS/RO, **ou através do contato telefônico (69) 3216-5113 - que informará o passo a passo para a disponibilização da declaração por meio eletrônico**. Portanto, não há que se argumentar quanto eventual infração ao princípios legais.

Por último, quanto a afirmação da requerente relativo à superioridade do serviço PISO INDUSTRIAL ao exigido pelo edital, diante da análise minuciosa dos documentos apresentados pela empresa recorrente, especificamente os atestados de capacidade técnica e os serviços citados nos itens 12.2, 12.5, 12.6 ao 12.9, referentes à execução de piso intertravado, piso com concreto moldado e piso industrial, percebe-se uma relevante desconformidade entre os serviços demonstrados e a natureza do projeto de "Instalação de Grama Sintética" estabelecida pelo Edital.

A empresa recorrente argumenta que a execução de serviços superiores, como piso industrial, baseados em critérios da ABNT e confecção de PISO INDUSTRIAL conforme as normas técnicas vigentes, demonstra a sua qualificação técnica. Entretanto, vale ressaltar que a execução desses serviços difere substancialmente da instalação de grama sintética, senão vejamos:

- **Natureza dos Serviços e Especificidades Técnicas do Piso Industrial e Piso Intertravado**

A confecção de PISO INDUSTRIAL, conforme mencionado nos itens 12.6 ao 12.9 do atestado, envolve processos complexos, como preparo do terreno de fundação, uso de sub-base para evitar bombeamento, emprego de cimento Portland e agregados naturais, controle de planicidade e resistência à abrasão, entre outros. Esses procedimentos são específicos para pavimentos rígidos e possuem propósitos distintos da instalação de grama sintética.

O pavimento intertravado mencionado nos atestados, composto por peças de concreto assentadas sobre camada de areia, e o piso industrial, executado com argamassa e rejunte adesivo, também diferem das características da grama sintética e das exigências de preparação do terreno e drenagem necessários.

A execução desses serviços demonstra a competência da empresa em atender demandas específicas relacionadas a pavimentos rígidos.

- **Natureza dos Serviços e Especificidades Técnicas da Grama Sintética**

É crucial observar que a instalação de grama sintética demanda uma série de requisitos técnicos específicos, como a preparação do solo, a criação de uma base adequada, a drenagem eficiente e a fixação precisa da manta sintética. A utilização de técnicas voltadas para outros tipos de pavimento não

assegura a conformidade com as características necessárias para a instalação bem-sucedida da grama sintética, podendo comprometer sua durabilidade, performance e segurança. O piso industrial é um pavimento rígido que não leva em conta as propriedades de absorção de choque e a manutenção de características de um gramado sintético, como a maciez e a permeabilidade.

- **Importância da Especificação Adequada**

É relevante destacar que o sucesso da instalação de grama sintética está intrinsecamente ligado à conformidade com as especificações técnicas próprias para esse tipo de pavimento. A utilização de técnicas voltadas para pavimentos industriais, embora demonstrando competência em outras áreas, pode resultar em inadequações, comprometendo a funcionalidade, a segurança e a durabilidade da grama sintética.

Diante do exposto, fica evidente que os serviços mencionados nos atestados da empresa recorrente, embora complexa e indicativa de competência técnica em outras áreas, não se equipara à especialização requerida para o projeto de "Instalação de Grama Sintética" proposto no edital. A capacidade de realizar serviços de alto padrão, como piso industrial, não assegura a habilidade para a instalação correta e eficaz de um gramado sintético, que demanda conhecimentos específicos e técnicas próprias para a criação de um ambiente propício para a prática esportiva e recreativa.

A avaliação da capacidade técnica das empresas levou em consideração a aderência dos serviços apresentados às particularidades do projeto em questão. Esse critério, alinhado às especificações técnicas estabelecidas, contribuiu para a seleção de empresas que possuam expertise na execução de serviços condizentes com a instalação de grama sintética, garantindo a qualidade e o êxito do projeto. A utilização de técnicas inapropriadas pode comprometer a qualidade e o sucesso da instalação, tornando-se um critério relevante na tomada de decisão da Comissão de Licitações.

## **V – DA CONCLUSÃO:**

De tudo quanto dito, esta Comissão de Licitação conhece os Recursos Administrativos interpostos, para **negar-lhes provimento**, MANTENDO a decisão anteriormente proferida em Ata de Reunião datada em 21.08.2023, ou seja, **INABILITADAS** as empresas **ABR SERVICE LTDA**, **B. DE ALCATARA MOURÃO**, **CONSTRUTORA MACIEL COM. E REP. LTDA**, **ENGERO CONSTRUÇÕES & TERRAPLANAGENS EIRELI** e **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**. Em face do exposto, a Presidente da Comissão, declarou o certame **FRACASSADO**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas e quarenta minutos**.

## **COMISSÃO DE LICITAÇÃO:**

**ERALDA ETRA MARIA LESSA**

Presidente

**NADIANE DA COSTA LAIA**

Membro

**SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO**

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 11/09/2023, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 11/09/2023, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espirito Santo, Membro**, em 11/09/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0041582574** e o código CRC **87EBC8D0**.

---